



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



17 de dezembro de 2007

Vol. 2 No. 18

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Conferência de Bali termina com mapa de negociações sobre mudanças climáticas	1
Relatório anual da OMC: 60 anos de multilateralismo	3
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
OCDE inicia negociações para entrada de novos membros: há possibilidades para o Brasil?	4
Acordo comercial entre Peru e EUA é aprovado por ampla maioria	5
BREVES MULTILATERAIS	6
Caso dos pneus: Órgão de Apelação da OMC impõe regras mais severas ao Brasil	6
Lançamento da certificação de óleo de palma preocupa grupos ambientalistas	7
II Cúpula EU-UA termina com aprovação de Estratégia Conjunta e Plano de Ação	8
BREVE REGIONAL	9
Assinada ata do Banco do Sul	9
Eventos	10
Fóruns Multilaterais	10
Fóruns Regionais	10
INFORMAÇÕES ÚTEIS	10

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Conferência de Bali termina com mapa de negociações sobre mudanças climáticas

Representantes de 180 países reuniram-se de 3 a 14 de dezembro, em Bali, Indonésia, na Conferência sobre Mudança Climática da ONU, para discutir ações futuras com relação à Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança Climática (UNFCCC, sigla em inglês). Ao longo do evento, representantes dos Estados, observadores de organizações inter-governamentais e não-governamentais e profissionais da mídia participaram de reuniões temáticas sobre a Convenção-Quadro, os órgãos subsidiários dessa e o Protocolo de Quioto, além de uma reunião interministerial, que encerrou a Conferência.

A Conferência culminou com a aprovação do “*Bali Roadmap*” (disponível em: <http://unfccc.int/files/meetings/cop_13/application/pdf/cp_bali_act_p.pdf>), que estabeleceu um plano de negociações sobre mudanças climáticas, que deve conduzir a um acordo internacional pós-2012.

O Plano de negociações de Bali

As conversações foram exaustivas devido, fundamentalmente, ao embate de posições entre países desenvolvidos (PDs) e em desenvolvimento (PEDs), principalmente quanto às obrigações assumidas. Nesse sentido, representantes de Bangladesh queixaram-se, em nome dos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), da omissão desse grupo de países nos discursos de PDs e PEDs.

De modo geral, as queixas tinham um objeto comum: os Estados Unidos da América (EUA), acusado de ser o principal responsável pelo entrave na aprovação de uma base comum para o acordo. A Sub-Secretária de Estado estadunidense, Paula Dobriansky, negou as acusações e defendeu o envolvimento dos EUA nas negociações. Dobriansky destacou, ainda, que os EUA trabalharão junto a outros grandes emissores de gases

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

de efeito estufa (GEEs) para reduzir grande parte dessa poluição até 2050.

O “*Bali Roadmap*” foi aprovado somente em 15 de dezembro, o que excedeu o calendário originalmente previsto para a Conferência. Foi necessário, por exemplo, que o Presidente indonésio, Susilo Bambang Yudhoyono, e o Secretário-Geral da ONU, desapontados com o lento progresso observado no evento, interviessem. Ban Ki-moon alertou que o tempo para um acordo esgotava-se e pediu que os delegados não colocassem as conquistas alcançadas até o momento em risco.

A despeito das dificuldades, os delegados concordaram, por unanimidade, com um plano de negociações para um acordo pós-2012 sobre mudanças climáticas. Com encerramento previsto para 2009, o plano inclui o lançamento de um Fundo de Adaptação, bem como decisões sobre transferência de tecnologia e redução nas emissões de GEEs.

A atuação do Fundo de Adaptação – primeiro mecanismo financeiro de apoio à adaptação de países com maior dificuldade de adotar medidas relativas às mudanças climáticas – estará vinculada à captação de recursos governamentais e privados, que ainda deve ser mais detalhadamente estudada pelos países.

O “*Bali Roadmap*” também estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) *ad hoc* sobre Ações Cooperativas de Longo Prazo. O GT deverá elaborar um estudo sobre incentivos aos PEDs relacionados à implementação de estratégias de mitigação, adaptação e cooperação tecnológica. As conclusões devem ser apresentadas à Conferência dos Estados Partes em 2009.

Ministros de comércio reúnem-se em Bali

Paralelamente às reuniões da UNFCCC, Bali também foi sede, de 8 a 9 de dezembro, de uma reunião informal entre os ministros de comércio de alguns países, a convite de Mari Pangestu, Ministra do comércio da Indonésia. O objetivo foi a discussão de questões que inter-relacionam comércio e mudança climática. Participaram dessa representantes dos EUA, União Européia (UE), África do Sul, Argentina, Brasil, China, França, Índia e Reino Unido, além do Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy.

Os ministros de comércio observaram que diversas medidas adotadas no âmbito da OMC poderiam ser úteis no tratamento da problemática das mudanças climáticas, tais como regras de padronização, subsídios, taxas e propriedade intelectual. Lamy afirmou que as regras de comércio de maior relevância

certamente podem contribuir para a melhoria das mudanças climáticas.

Ressaltou-se, entretanto, que a solução para as questões climáticas não deve ser buscada na OMC, e sim nos órgãos da ONU especializados em assuntos ambientais. Mais do que isso, os participantes da reunião afirmaram que a inclusão das maiores economias num acordo sobre mudanças climáticas é vital para evitar tensões comerciais, pois os governos poderiam punir países que não cumpram as metas de redução de emissão de GEEs por meio de recursos da OMC. Com efeito, lideranças européias pediram ajustes nas tarifas de importação relativas a países que não atenderem às metas climáticas, de modo a encorajá-los a adotar tais práticas.

Essa posição enfrentou resistência da Representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, que pediu cautela na aplicação de medidas restritivas de comércio em nome das mudanças climáticas. Ela sugeriu abordagens pluralistas de desenvolvimento sustentável, que incluem crescimento econômico, efetividade ambiental e segurança energética.

Outros países também ofereceram resistência à posição européia. A China, por exemplo, ressaltou que o princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” não pode ser esquecido. Tal princípio já se encontra presente em regimes internacionais de comércio relativos às mudanças climáticas, e consideram as situações especiais de alguns PEDs – notadamente os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) –, devido às suas projeções de crescimento econômico.

Os participantes da reunião concordaram que as medidas relacionadas às mudanças climáticas devem abrir espaço para que PEDs se desenvolvam, mas expressaram preocupação quanto à escassez de estudos empíricos que comprovem a relação entre comércio, mudanças climáticas e erradicação da pobreza de forma fundamentada.

Um dos pontos mais debatidos entre os ministros de comércio foi a liberalização de bens e serviços ambientais. O foco foi uma proposta apresentada recentemente pela UE e pelos EUA de liberalizar o comércio em 43 produtos identificados pelo Banco Mundial como benéficos às mudanças climáticas.

Diante dessa proposta, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou que faltou à lista da UE e dos EUA a inclusão do etanol, fonte energética que evitou, no Brasil, a produção de 670 milhões de toneladas de dióxido de carbono nos últimos 30 anos. O Brasil é o segundo maior produtor de etanol, produto fortemente protegido nos mercados

dos EUA e da Europa devido a subsídios governamentais.

Susan Schwab rejeitou as reclamações de que a lista apresentada pelos EUA e pela UE consistia em produtos cuja exportação é exclusivamente de interesse dos PDs. Ela afirma que os EUA são importadores dos 43 produtos listados, e que as importações desses ultrapassaram as exportações em US\$ 15 bilhões. As duas principais fontes de tais produtos são México e China.

Ao final da reunião, os ministros pediram uma conclusão bem-sucedida das negociações da Rodada Doha, o que inclui o mandato ambiental.

Tradução, adaptação e complementação de artigos originalmente publicados em *BRIDGES Weekly Trade News Digest*, Vol. 11, No. 43, 12 dez. 2007 e *Puentes Quincenal*, Vol. 4, No. 22, 11 dez. 2007.

Fontes consultadas:

Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Disponível em: <http://unfccc.int/meetings/cop_13/items/4049.php>. Acesso em 15 dez. 2007.

Plano de Ação de Bali. Disponível em: <http://unfccc.int/files/meetings/cop_13/application/pdf/cop_bali_act_p.pdf>. Acesso em 15 dez. 2007.

Relatório anual da OMC: 60 anos de multilateralismo

A OMC publicou recentemente seu relatório anual sobre o comércio mundial. No ano que precede o aniversário de 60 anos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), o relatório avalia as conquistas e desafios enfrentados pela Organização durante seis décadas de multilateralismo, além de prever cenários possíveis para o futuro.

Esse é o quinto relatório de uma série que teve início em 2002. O GATT entrou em vigor em 1º de janeiro de 1948 com apenas 23 países signatários. Hoje, a OMC conta com mais de 150 Membros. O relatório avalia a Organização como uma entidade capaz de adaptar-se às mudanças e superar os obstáculos trazidos pelas complexas relações comerciais em um mundo globalizado. O documento também avalia as circunstâncias nas quais o GATT foi criado e explica porque os governos acreditam ser interessante cooperar em matéria comercial, além de discutir como a OMC pode ser uma instituição apta a promover maior cooperação internacional. Por fim, o relatório avalia o

que o sistema multilateral de comércio conseguiu alcançar em seis décadas de existência e o que ainda precisa ser feito.

O relatório contém perspectivas variadas de economistas, analistas políticos, teóricos das relações internacionais e juristas. De modo geral, os economistas enfatizam os ganhos econômicos adicionais decorrentes da liberalização do comércio, ao passo que os juristas ressaltam o papel da lei como meio de defender o interesse público e compelir os governos a cumprirem o acordado internacionalmente.

Crescimento do comércio internacional

O relatório demonstra que o comércio internacional cresceu 27 vezes desde 1950, três vezes mais rápido que o crescimento da produção mundial. O texto conclui, ainda, que o GATT e a OMC contribuíram bastante para a liberalização do comércio, mas que os progressos foram desiguais e, em alguns aspectos, os êxitos foram limitados.

As negociações sobre liberalização do comércio de produtos agrícolas, por exemplo, mostraram-se particularmente difíceis e os resultados nessa seara têm sido limitados até o momento.

Solução de controvérsias

O relatório trata de diversos temas ligados à OMC que influenciam a liberalização multilateral do comércio, tais como a expansão dos Membros da Organização, os desafios do regionalismo, o problema da transparência, entre outros.

Em especial, no que tange ao sistema de solução de controvérsias do GATT/OMC, o relatório aponta que houve desenvolvimentos significativos. A utilização do mecanismo de solução de controvérsias cresceu exponencialmente a partir da criação da OMC. O relatório conclui, porém, que é preciso que os países busquem melhorias desse sistema, a fim de capacitá-lo a solucionar as disputas de maneira mais rápida e efetiva. Da mesma forma, é necessária maior cooperação internacional para habilitar países menores e mais pobres a terem acesso ao mecanismo de solução de controvérsias de modo efetivo.

O processo de tomada de decisões

Outro ponto abordado pelo relatório é o processo de tomada de decisões na OMC, sempre fundado no consenso. O principal desafio será encontrar o exato equilíbrio entre eficiência e inclusão.

O relatório reconhece que uma prática constante no processo de tomada de decisões ao longo dos últimos

sessenta anos de existência do sistema multilateral do comércio tem sido a formação de coalizões entre países para elaboração de estratégias conjuntas e sincronizadas, especialmente no que tange à formulação de propostas e posições comuns em negociações (ver *Pontes Bimestral*, v. 3, n. 4, ago. 2007 e v. 3, n. 5, out. 2007).

Futuros desafios para a OMC

Uma primeira tarefa identificada pelo relatório para a OMC é conseguir encerrar as atuais negociações de maneira a oferecer benefícios reais para todas as partes e preparar a OMC para a administração do comércio internacional.

O texto ressalta que a OMC deve olhar para frente, já que novas questões devem surgir. Tais questões provavelmente tratarão das relações entre os desafios ambientais – como o aquecimento global – e o comércio, bem como as relações entre comércio e energia. É provável que cresçam as pressões para que a OMC desenvolva e implemente os trabalhos já desenvolvidos nessas áreas.

Outro desafio deve ser o fortalecimento das regras multilaterais para o comércio de serviços. Os esforços da OMC para desenvolver uma estrutura comum de cooperação remontam a 1995 e demonstram uma maneira criativa de cooperação internacional em um novo campo. Mas há ainda muito a ser feito, já que a complexidade das transações comerciais dificulta a arquitetura dos acordos institucionais de cooperação. A crescente importância dos serviços nas economias de todos os países, porém, mostra que a OMC deve fortalecer as negociações nessa área.

Por fim, o relatório conclui que, apesar da OMC ainda precisar ultrapassar os obstáculos atuais e preparar-se para os desafios futuros, a história da Organização tem um saldo positivo como responsável por um mundo mais próspero e estável.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

OMC. "The GATT/WTO at 60: WTO World Trade Report examines six decades of multilateralism in trade". Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres07_e/pr502_e.htm>. Acesso em: 12 dez. 2007.

OMC. World Trade Report 2007. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/world_trade_report07_e.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2007.

NOTÍCIAS REGIONAIS

OCDE inicia negociações para entrada de novos membros: há possibilidades para o Brasil?

No início deste mês, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) comunicou o início dos processos de ingresso de cinco novos Membros: Chile, Eslovênia, Estônia, Israel e Rússia. Essa atitude sinaliza uma nova fase na política da OCDE: ampliar e aprofundar suas relações com os atores emergentes da economia global.

As negociações para a acessão dos novos Membros devem ocorrer individualmente com cada um dos cinco candidatos junto aos comitês competentes da OCDE. Assim como a maior parte das decisões da Organização, as decisões sobre a acessão de novos países deverão ser tomadas com base no consenso entre todos os seus 30 Membros atuais: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coréia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América (EUA), Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Eslováquia, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

Além do sinal verde para as negociações de acessão dos países mencionados acima, a OCDE também comunicou seu interesse em estreitar relações com outras economias que também podem, eventualmente, ingressar na Organização, como Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul.

O ingresso na OCDE

O processo de acessão de novos Membros à OCDE tem início com o desenvolvimento de um "mapa-guia de ingresso", que detalha todos os passos do processo de acessão. Esse mapa lista as revisões pelas quais passarão os países candidatos, que devem respeitar os instrumentos e padrões mais relevantes da OCDE. O mapa também identifica os comitês e os grupos de trabalho da Organização que estarão envolvidos nessas revisões.

As revisões são, então, aplicadas aos países candidatos e seus resultados são apresentados ao Conselho, que, por fim, toma a decisão final por votação unânime. A partir daí, o país candidato poderá depositar o instrumento de acessão à Convenção da OCDE.

Os custos do processo de acesso devem ser cobertos pelo país candidato. Os mapas do processo de acesso de Chile, Eslovênia, Estônia, Israel e Rússia já foram elaborados e encontram-se disponíveis no site da OCDE (www.oecd.org).

A OCDE e o Brasil

Não é a primeira vez que a OCDE cogita o ingresso do Brasil na Organização. No final de agosto deste ano, o Ministério da Fazenda anunciou a criação de um grupo de trabalho para avaliar a possibilidade de aprofundar a cooperação entre a OCDE e o Brasil.

A hipótese, porém, parece permanecer remota. O principal problema parece ser o fato dos Membros da OCDE serem predominantemente países ricos, contra os quais o Brasil possui as principais demandas no sistema multilateral de comércio (para maiores informações sobre as possibilidades de ingresso do Brasil à OCDE, ver Pontes Bimestral, v. 3, n. 4, ago. 2007, disponível em: <http://www.ictsd.org/monthly/pontes/PONTES3-4.pdf>).

Em 1998, a OCDE lançou um programa de cooperação com o Brasil que levou a uma série de publicações e estudos sobre agricultura, políticas de concorrência, reformas tributárias, entre outros temas de interesse do país e da Organização. Atualmente, o Brasil é país observador na maior parte dos órgãos subsidiários da OCDE, como os comitês de agricultura, investimento, comércio e concorrência, além de atuar como participante ativo do Comitê do Aço.

Dentro desse programa, a OCDE elaborou uma pesquisa econômica sobre o Brasil, na qual identifica os principais desafios econômicos do país e recomenda reformas para o fortalecimento e aprofundamento das relações com a OCDE. Maiores informações, bem como o resumo desse documento, encontram-se disponíveis em: http://www.oecd.org/document/52/0,3343,en_2649_34571_34413876_1_1_1_1,00.html.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

OCDE. "OECD countries launch accession talks with five prospective new members". Disponível em: http://www.oecd.org/document/20/0,3343,en_2649_201185_39717140_1_1_1_1,00.html. Acesso em: 12 dez. 2007.

OCDE. OECD enlargement and engagement with non-members. Disponível em: http://www.oecd.org/document/42/0,3343,en_2649_20

[1185_38598698_1_1_1_1,00.html](http://www.oecd.org/document/2/0,3343,en_36335986_36339083_36448514_1_1_1_1,00.html). Acesso em: 12 dez. 2007.

OCDE. OECD Brazil Country Programme. Disponível em: http://www.oecd.org/document/2/0,3343,en_36335986_36339083_36448514_1_1_1_1,00.html. Acesso em: 12 dez. 2007.

Folha de São Paulo. "OCDE defende adesão de Brasil e de outros emergentes", 04 dez. 2007. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=397966. Acesso em: 12 dez. 2007.

Acordo comercial entre Peru e EUA é aprovado por ampla maioria

No dia 4 de dezembro, o Senado dos Estados Unidos da América (EUA) aprovou, por 77 votos a 17, o Acordo de Promoção Comercial (APC) entre EUA e Peru. O poder Executivo peruano está disposto a negociar com os demais países da Comunidade Andina de Nações (CAN) a rápida aprovação de leis que implementem o acordo.

Após a votação, a Representante Comercial dos EUA, Susan Schwab, satisfeita com o resultado, afirmou à imprensa que, atualmente, quase todos os produtos provenientes do Peru entram no mercado estadunidense sem tarifas. Com esse acordo os agricultores, fazendeiros, produtores, prestadores de serviços e empregados terão acesso recíproco ao crescente mercado peruano. A Agência Agrícola Estadunidense estima que o ACP com o Peru aumentará o comércio entre os dois países em cerca de US\$ 705 milhões. Bob Stallman, presidente dessa Agência, afirmou que o acordo beneficiará todos os produtores agrícolas dos EUA, o que inclui os setores de pecuária, grãos, sementes oleaginosas, frutas e vegetais.

O Presidente do Peru, Allan García, também expressou sua satisfação com o ACP. Para ele, a decisão ajudará a fomentar empregos, aumentar salários e incentivar investimentos. Ademais, Allan García ressaltou o amplo apoio do Senado estadunidense ao ACP, uma vez que o governo dos EUA não controla nenhuma das Câmaras do Congresso.

Dada a necessidade de aprovação de leis que implementem o APC, o presidente do Conselho de Ministros do Peru, Jorge del Castillo, afirmou que o Poder Executivo de seu país estuda a possibilidade de solicitar ao Congresso a elaboração de normas que

permitam adequar a legislação nacional ao APC, de modo a acelerar o processo.

Por outro lado, dirigentes sindicais e organizações não governamentais peruanas alegam que o acordo tornará os ricos mais ricos e os pobres mais pobres e que a eliminação das tarifas de importação resultará na entrada de produtos agrícolas estadunidenses subsidiados prejudiciais aos produtores peruanos. Ademais, a oposição acredita que o fortalecimento da proteção dos direitos de propriedade intelectual de bens estadunidenses poderia aumentar em cerca de 30% os preços de produtos peruanos, como, por exemplo, de medicamentos.

Possibilidade de acordos na CAN

Segundo analistas comerciais da América do Sul, para que as leis de implementação do APC sejam implementadas, o Peru deve, antes de mais nada, negociar no âmbito da CAN. O Vice-Ministro peruano de Comércio Exterior, Luis Alonso García, afirmou que seu país deverá pedir aos sócios da CAN (Bolívia, Colômbia e Equador) mudanças relativas ao regime de propriedade intelectual. Para tanto, as seguintes normas deverão ser revisadas: (i) a decisão 345 sobre o regime comum de obtenção de variedades vegetais; (ii) a decisão 486 sobre o regime comum de propriedade industrial; e (iii) a decisão 391 sobre o regime comum de acesso a recursos genéticos.

O diretor executivo da Câmara de Comércio dos EUA no Peru, Aldo Defilippi, sugere que o Peru adote um regime especial ou *sui generis* para países com os quais mantém tratados bilaterais, tal como ocorre em relação às normas de proteção de dados de prova para medicamentos e produtos agro-químicos.

O APC Peru-EUA é o primeiro fruto do acordo bipartidário de maio de 2007 entre democratas e republicanos, que abriu caminho para a ratificação de quatro APCs pendentes. Os outros três acordos já foram assinados com Colômbia, Coreia do Sul e Panamá. O APC com o Peru apresenta algumas inovações em relação aos demais, dentre as quais destacam-se: (i) padrões menos restritivos relativos à propriedade intelectual para medicamentos; (ii) uma lista taxativa de convênios ambientais a serem ratificados e cumpridos; e (iii) princípios de tratamento trabalhista que também devem ser cumpridos.

O APC Peru-EUA ainda precisa passar por uma fase de certificação nos EUA. Em outras palavras, o governo estadunidense avaliará se o Peru aderiu ou não às leis complementares ao APC.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal* Vol. 4 No. 22, 11 dez. 2007.

BREVES MULTILATERAIS

Caso dos pneus: Órgão de Apelação da OMC impõe regras mais severas ao Brasil

A corte mais alta da OMC confirmou, em 3 de dezembro, decisão já proferida em instância inferior contra o Brasil: para a OMC, a proibição brasileira de importação de pneus foi discriminatória e, portanto, violou as regras comerciais multilaterais estabelecidas pela Organização.

Mais do que isso, ao rever alguns aspectos da decisão original do painel, o Órgão de Apelação determinou regras mais severas a serem seguidas pelo país.

Na disputa com a União Européia (UE), o Brasil argumentou que os pneus reformados – pneus usados e processados para segundo uso – têm vida útil muito menor que os novos e, portanto, contribuem para a rápida acumulação de resíduos no país. O governo brasileiro afirma que o crescente acúmulo de pneus velhos cria condições favoráveis à proliferação de mosquitos transmissores de doenças. Ademais, o aumento constante desse lixo impossibilita o país de tratá-lo com responsabilidade ambiental.

A UE argumenta que as restrições impostas pelo Brasil à importação de pneus europeus foram motivadas pela intenção de proteger produtores nacionais, e não por legítimos objetivos de saúde pública. A UE também chama atenção para as diversas liminares que permitiram à indústria brasileira de pneus reformados importar milhões de pneus usados entre 2000 e 2005. Outro aspecto levantado pela UE contra o Brasil foi o fato de o país ter continuado a importar pneus reformados de seus sócios do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai.

A decisão do painel reconheceu a necessidade do Brasil de proibir importações com base em interesses de saúde pública, mas também concordou com a UE de que o modo pelo qual o Brasil lidou com as restrições foi discriminatório. O painel também decidiu que as importações de pneus usados autorizadas por liminares iam contra os argumentos de defesa do governo brasileiro.

O Órgão de Apelação da OMC concordou com a justificativa brasileira de proteção da saúde pública, mas a decisão foi mais rigorosa ao tratar do modo discriminatório pelo qual o Brasil aplicou a proibição. Para o Órgão, as exceções concedidas às importações provenientes do Mercosul foram arbitrárias e injustificavelmente discriminatórias. Ademais, a decisão reverteu a sentença original do painel de que as exceções concedidas ao Mercosul e as liminares somente seriam consideradas discriminatórias se tais volumes ameaçassem o fundamento da proibição: a proteção da saúde pública.

Apesar da decisão do Órgão de Apelação da OMC, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 12 de dezembro, manter a proibição à importação de pneus usados pelas empresas Bs Colway Social e Tal Remodelagem de Pneus Ltda., especializadas na remodelagem do produto. Diretamente afetadas pela decisão da ministra Ellen Gracie de cassar liminares da justiça federal que haviam liberado a importação, essas empresas recorreram e conseguiram levar o caso ao Plenário do STF. Tais recursos foram, entretanto, indeferidos, na medida em que as decisões de Gracie foram sustentadas pela maioria dos ministros sob o argumento de que esse produto gera um aumento de resíduos danosos ao meio-ambiente no país. Segundo a ministra, "Todo este passivo ambiental ingressa em território brasileiro sem que o país, assim como qualquer outra nação do mundo, disponha de tecnologia ou de método adequado à destinação final ambientalmente segura, eficaz e econômica [desse produto]".

Tradução, adaptação e complementação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest* Vol. 11 No. 42 05 dez. 2007.

Fontes consultadas:

Supremo Tribunal Federal. "Supremo mantém impedimento de importação de pneus usados". Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=79804>>. Acesso em 17 dez. 2007.

Lançamento da certificação de óleo de palma preocupa grupos ambientalistas

Na última semana de novembro, a V Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO, sigla em inglês), lançou um processo de certificação que objetiva garantir a sustentabilidade dessa produção. A iniciativa surgiu após grupos ambientalistas terem criticado duramente as práticas dessa indústria.

A RSPO é um processo que reúne os interesses de diversos grupos que buscam aumentar a produção, compra e uso de produtos à base de óleo de palma sustentável. Membros do governo, representantes da indústria e grupos ambientalistas reuniram-se em Kuala Lumpur, Indonésia e concordaram em estabelecer um processo de certificação que permitirá à indústria identificar a origem do óleo de palma. Antes disso, os fabricantes não eram capazes de rastrear os estágios de produção, plantação e processamento do óleo. O primeiro óleo de palma com a certificação estará disponível no primeiro trimestre de 2008.

Dentre os compromissos estabelecidos pelo novo esquema de certificação, encontram-se: a proteção das florestas tropicais, da flora e da fauna selvagens; o encerramento de conflitos com populações indígenas; e o aprimoramento do rendimento do óleo de palma. A maior parte da produção mundial desse óleo é proveniente de Malásia e Indonésia. Os grupos ambientalistas alertam que as plantações devastam a região. O aumento da produção acelera a devastação e a conversão de plantações de turfa, o que leva à emissões significativas de gases de efeito estufa. O *Greenpeace* lançou, no início de novembro, um relatório que analisa essa questão na Indonésia (disponível em: <<http://www.greenpeace.org/raw/content/international/press/reports/palm-oil-cooking-the-climate.pdf>>).

A organização *Friends of the Earth* retirou, recentemente, seu apoio à indústria de óleo de palma, sob o argumento de que a produção de biocombustíveis, em particular de óleo de palma, é responsável pela destruição de *habitats* naturais de fauna e flora selvagens, bem como de populações indígenas, além de contribuir para o aquecimento global. O grupo também alega que a produção de biocombustíveis aumenta os preços de alimentos básicos, uma vez que a conversão do plantio de alimentos em cultivo de matéria-prima para biocombustíveis tornou-se prática comum. Ademais, a *Friends of the Earth* apóia a redução do consumo de energia e o corte de emissões na fonte. Eles pediram que a conferência sobre mudança climática em Bali, Indonésia, que ocorreu nas duas primeiras semanas de dezembro, adotasse uma posição desfavorável aos biocombustíveis (ver artigo sobre a Conferência neste *Pontes Quinzenal*).

Tradução de artigo originalmente publicado em *Trade BioRes*, Vol. 7, No. 21, 30 nov. 2007.

II Cúpula EU-UA termina com aprovação de Estratégia Conjunta e Plano de Ação

Lisboa foi sede da II Cúpula União Europeia - União Africana (UE-UA), que ocorreu de 7 a 9 de dezembro e contou com a participação de representantes de 27 países europeus e 53 países africanos. O encontro apresentou uma pauta extensa e culminou com a aprovação da “Declaração de Lisboa” (disponível em: <http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/BAC34848-05CC-45E9-8F1D-8E2663079609/0/20071208LISBONDeclaration_EN.pdf>) e do documento “Estratégia Conjunta e Plano de Ação” (disponível em: <http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/D449546C-BF42-4CB3-B566-407591845C43/0/071206jsapenlogos_formatado.pdf>).

No primeiro documento, os líderes europeus e africanos declaram-se “determinados a conferir à parceria estratégica os meios e instrumentos necessários que a capacitem com o objetivo de implementar a Estratégia Conjunta e o Plano de Ação, e para fazê-lo, nós criamos um mecanismo amplo e efetivo de monitoramento que facilite o cumprimento dessas metas e que nos mostre os resultados obtidos até a III Cúpula, cuja realização está prevista para 2010”. Além disso, afirmam estar dispostos a articular uma parceria política que estabeleça valores e metas comuns nas esferas relativas à democracia, paz, estabilidade e desenvolvimento, a fim de superar o caráter doador-receptor que domina as relações entre os dois continentes há muitos anos.

O Plano de Ação para a implementação da parceria UE-UA para o período 2008-2010 definiu oito áreas prioritárias, dentre as quais destacam-se: paz e segurança; governança democrática e direitos humanos; comércio, integração regional e infraestrutura; e migração, mobilidade e empregabilidade. A implementação das metas estabelecidas em cada uma dessas áreas será financiada por fundos já existentes, tais como o Fundo Europeu para o Desenvolvimento (EDF, sigla em inglês), instrumentos orçamentários da UE (como o Instrumento Europeu de Políticas para a Vizinhança – ENPI, sigla em inglês) e iniciativas bilaterais de lideranças europeias e africanas.

Divergências quanto a comércio e direitos humanos

Apesar da aprovação dos documentos acima citados, houve divergência entre os participantes sobre assuntos comerciais. Enquanto alguns países africanos assinavam Acordos de Parceria Econômica (APE) com a UE, o Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, alertou que tais acordos poderiam conduzir a uma “ruptura sísmica” entre Europa e África, principalmente

devido à forte presença chinesa nesse último continente como maior parceiro comercial e investidor.

Apesar das divergências, alguns países africanos assinaram APEs provisórios com a UE. A Costa do Marfim iniciou, em 7 de dezembro, negociações para um APE restrito a bens, passos seguidos por Madagascar e Malawi três dias depois. Ao assinar o acordo, a Costa do Marfim evitou a imposição de tarifas sobre suas exportações à UE a partir de 2008. Malawi e Madagascar, classificados como países de menor desenvolvimento relativo, já desfrutam de acesso isento de taxas de importação e de quotas ao mercado europeu, mas a partir da assinatura do APE terão regras de origem mais flexíveis para suas exportações.

Os direitos humanos também ocuparam o centro dos debates durante a Cúpula. A Chanceler alemã, Angela Merkel, foi escolhida para pronunciar-se a respeito das violações de direitos humanos levadas a cabo pelo Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, ocasião em que pediu que os líderes africanos esforçassem-se para fortalecer a democracia. Defensivamente, o líder do Zimbábue chamou os europeus de neo-colonialistas e afirmou que não permitirá que o ensinam a governar seu país. O Presidente da União Africana, Alpha Oumar Konare, reconheceu os problemas de governança no continente, mas ressaltou que a resolução desses compete à soberania de cada Estado.

Diante dos modestos resultados obtidos no diálogo sobre direitos humanos, o anfitrião da Cúpula, o Primeiro-Ministro português, José Sócrates, disse que a realização da reunião em si já constitui uma conquista.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Declaração de Lisboa. Disponível em: <http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/BAC34848-05CC-45E9-8F1D-8E2663079609/0/20071208LISBONDeclaration_EN.pdf>. Acesso em 16 dez. 2007.

Estratégia Conjunta e Plano de Ação. Disponível em: <http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/D449546C-BF42-4CB3-B566-407591845C43/0/071206jsapenlogos_formatado.pdf>. Acesso em 16 dez. 2007.

Public Consultation for a Joint EU-Africa Strategy. Disponível em: <<http://europafrica.org/2007/01/01/eu-africa-strategy-calendar/>>. Acesso em 16 dez. 2007.

União Africana (página da Cúpula UE-UA 2007). Disponível em: <http://www.africa-union.org/root/AU/Conferences/2007/December/eu-au/AU_EU.htm>. Acesso em 16 dez. 2007.

BREVE REGIONAL

Assinada ata do Banco do Sul

Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Venezuela e Uruguai assinaram, em Buenos Aires, a Ata de Fundação do Banco do Sul. O evento ocorreu na ocasião da posse da nova Presidente da Argentina, Cristina Kirchner. O Banco do Sul financiará projetos de desenvolvimento econômico orientados a melhorar a competitividade e o desenvolvimento científico e tecnológico de seus países Membros. O Chile e a Colômbia participaram de reuniões preliminares, mas, ao final, não decidiram continuar no projeto.

Todos os presidentes dos países fundadores do Banco estiverem presentes na cerimônia, com exceção de Tabaré Vasquez, do Uruguai, que assinou a ata no dia seguinte, durante visita oficial à Argentina.

Os principais idealizadores do novo Banco foram Argentina e Venezuela. O Banco do Sul, portanto, contará com uma sede central em Caracas e escritórios em Buenos Aires e La Paz.

Segundo sua Ata de Fundação, o Banco projetos de maneira “equilibrada e estável” e suas prioridades para a região são: (i) reforçar a integração; (ii) reduzir assimetrias; e (iii) promover uma distribuição igualitária de investimentos. O Presidente boliviano, Evo Morales, afirmou que o Banco ajudará a América Latina a alcançar uma integração regional mais concreta e superar limitações relativas ao acesso a créditos impostas pelos demais bancos multilaterais. Nas palavras de Morales, o Banco do Sul “(...) não só nos dará acesso a um financiamento que os outros nos negam, mas também trará o desenvolvimento social de nossos países”.

O Ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, esclareceu que o Banco do Sul não é similar ao Fundo Monetário Internacional (FMI), pois será controlado por países sul-americanos e funcionará como um banco de crédito nos moldes do Banco Mundial ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Diferentemente dos grandes fundos multilaterais de financiamento, os projetos do Banco do Sul estarão

inteiramente voltados aos interesses dos países da América do Sul.

O artigo V da ata do Banco estabelece que cada um dos sete Membros tem direito a um voto. O Brasil, entretanto, pretende que o voto seja proporcional às contribuições financeiras dos Membros. A instituição terá um capital inicial de US\$ 7 bilhões. Espera-se que Venezuela e Brasil contribuam com US\$ 3 bilhões e US\$ 2 bilhões, respectivamente.

Durante os próximos 60 dias, os Ministros de Economia, Fazenda e Finanças de cada um dos países signatários deverão definir os detalhes do estatuto do Banco.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Estado de São Paulo. Banco do Sul divide governos (10 dez. 2007). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/economia/not_eco93360,0.htm>. Acesso em 11 dez. 2007.

Estado de São Paulo. “Brasil pode aplicar US\$ 3 bilhões” (10 dez. 2007). Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2007/12/10/eco-1.93.4.20071210.7.1.xml>>. Acesso em 11 dez. 2007.

El País. Seis presidentes lanzaron el Banco del Sur y Cristina elogió a Chávez, Lula y Evo (10 dez. 2007). Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2007/12/10/elpais/p-01301.htm>>. Acesso em 11 dez. 2007.

El País. Seis presidentes firmaron el acta de fundación del Banco del Sur (10 dez. 2007). Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2007/12/09/um/m-01560829.htm>>. Acesso em 11 dez. 2007.

La Nación. El Banco del Sur dio el primer y crucial paso (10 dez. 2007). Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/EdicionImpresa/politica/nota.asp?nota_id=969800&pid=3634716&ti=5260>. Acesso em 11 dez. 2007.

Ultimas Noticias. Banco del Sur nació sin estatutos y con promesas (10 dez. 2007). Disponível em: <<http://www.ultimasnoticias.com.uy/hemeroteca/101207/portada/economia.html>>. Acesso em 11 dez. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

17 de dezembro

Reunião do Órgão de Solução de Disputas

18 e 19 de dezembro

Reunião do Conselho Geral da OMC

ONU

22 a 24 de janeiro

Conferência internacional pelo combate à desertificação

Local: Beijing, China

Informações:

<http://www.un.org/esa/sustdev/calendar/desertification_beijing2008.htm>.

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=12&frmYear=2007&frmNoOfMonth=1&Action=Do+search&intltemID=2068&lang=1&year=2007&month=11&day=1>>.

17 a 21 de dezembro

Processos preparatórios para a UNCTAD XII

Local: Genebra, Suíça.

07 a 11 de janeiro

Processos preparatórios para a UNCTAD XII

Local: Genebra, Suíça.

14 e 15 de janeiro

Painel sobre economias e indústrias criativas ao desenvolvimento

Local: Genebra, Suíça.

Reunião anual do Fórum Econômico Mundial

Informações:

<<http://www.weforum.org/en/events/AnnualMeeting2008/index.htm>>.

23 a 27 de janeiro

Local: Davos, Suíça.

Convenção sobre Diversidade Biológica

Informações: <<http://www.cbd.int/meetings/>>.

21 a 25 de janeiro

6ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre acesso e compartilhamento de benefícios

Local: Genebra, Suíça.

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:

<<http://www.mrree.gub.uy/mercosur/CalendarioReuniones/PPTUCalendarioReuniones.asp>>.

17 de dezembro

34ª Reunião do Conselho de Mercado Comum

Local: Montevideu, Uruguai.

18 de dezembro

Cúpula dos Presidentes do Mercosul

Local: Montevideu, Uruguai.

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

10 e 11 de janeiro

Fórum sobre administração tributária

Local: Cidade do Cabo, África do Sul.

14 e 15 de janeiro

Seminário sobre metodologias de acesso à sustentabilidade

Local: Amsterdã, Holanda.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Lula viaja à Bolívia para firmar acordo de exploração de gás natural

Após adiamento, Lula viajou à Bolívia em 16 de dezembro para finalizar o processo de negociação de um novo acordo sobre gás natural entre a Petrobrás e o governo boliviano, que já se estendia há mais de dois meses. O memorando de entendimento assinado em La Paz simboliza a retomada de investimentos da

Petrobrás para a exploração de gás naquele país. Para mais informações sobre o acordo, acesse: <<http://www.presidencia.gov.br>>.

Brasil e El Salvador assinam acordo de cooperação sobre biodiesel

Em 5 de dezembro, Brasil e El Salvador assinaram um acordo de cooperação técnica para a produção de biodiesel à base de mamona, na ocasião da visita presidencial de Elías Antonio Saca González a Brasília. Segundo o acordo, o Brasil capacitará técnicos salvadorenos no aperfeiçoamento do processo industrial de extração de óleo e produção de biodiesel. El Salvador também receberá ajuda técnica voltada à modernização de tecnologias para a produção de etanol. O objetivo é incrementar a produtividade do cultivo de cana-de-açúcar no país. Para maiores informações, ver: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=398894>.

CEBRI organiza mesa-redonda sobre energia

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) organizará uma mesa-redonda no dia 17 de dezembro de 2007, às 16h, na ocasião do lançamento do livro intitulado "O Mercado Mundial de Energia e a Cooperação nas Américas", de Georges Landau. O evento contará com a participação do autor, Decio Oddone (Petrobrás), e do Embaixador Roberto Abdenur (CEBRI). Local: sede do CEBRI: Rua do Russel, 270, 2º andar, Glória, Rio de Janeiro. Para inscrever-se, envie e-mail para eventos@cebri.org.br, informando nome, instituição, cargo, endereço, telefone e fax. Maiores informações, contatar Elizabeth Jubé ou Thais Justen pelo telefone: (21) 2219-4469.

OMC lança relatórios de estatísticas de 2007

A OMC lançou, no início de dezembro, o relatório de estatísticas de comércio referente a 2007. O arquivo em PDF com os dados completos do *International Trade Statistics 2007* encontra-se disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2007_e/its2007_e.pdf>.

FAO oferece curso on-line para jornalistas

A Organização para Alimentação e Agricultura da ONU (FAO, sigla em inglês), abriu inscrições para o "I Curso para Comunicadores sobre Políticas contra a Fome na América Latina e Caribe". A capacitação à distância oferece aos participantes a oportunidade de familiarizarem-se com temas como segurança alimentar e nutricional, direito à alimentação e políticas públicas de combate à fome. O público-alvo do curso são jornalistas (de meios de comunicação impressos,

televisivos, radiofônicos e *online*), assessores de imprensa do governo, empresas privadas, organizações do terceiro setor e agências de cooperação que lidem com o tema da fome. O curso será ministrado por Juan Francisco de la Puente Mejía, jornalista, advogado, analista político e um dos idealizadores do "Juntos", programa peruano de transferência de recursos. As aulas serão ministradas em espanhol e o curso terá duração de sete semanas, de 4 de fevereiro a 21 de março de 2008. As inscrições podem ser feitas *online* até 4 de janeiro de 2008, na página

<http://www.fodepal.org/Cursos/postula_por.htm>. O curso custa US\$ 150. Existe a possibilidade de convênios institucionais (descontos de 40%) com a FODEPAL, em benefício de empresas e instituições que desejem capacitar cinco ou mais jornalistas.

Programa de aperfeiçoamento de ensino sobre EUA

A Divisão de Relações Públicas da Embaixada dos EUA no Brasil anunciou a realização de mais uma rodada do *Study of the United States Summer Institutes – 2008* (SUSI, sigla em inglês), um programa de pós-graduação intensivo que oferece aos estudantes a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a sociedade, a cultura e as instituições estadunidenses, além de qualificar o ensino sobre os EUA em instituições acadêmicas no mundo. Os seis programas que compõem o SUSI-2008 ocorrerão em diferentes instituições de ensino nos EUA, durante seis semanas, a partir de junho de 2008. Os temas do programa são: (i) civilização estadunidense; (ii) política estadunidense e pensamento político; (iii) literatura contemporânea dos EUA; (iv) política externa; (v) jornalismo e mídia; e (vi) pluralismo religioso. Os candidatos devem ser fluentes em inglês e ter experiência profissional na área de ensino e conhecimentos substanciais sobre o tema escolhido. Detalhes sobre a candidatura podem ser obtidos com Vera Galante, especialista em assuntos culturais da Embaixada dos EUA no Brasil, via e-mail: <USInstitutes2008@gmail.com>.

CHDS realiza conferência regional sobre segurança e defesa

O Centro de Estudos Hemisféricos (CHDS) realizará a IV Conferência Sub-Regional no Panamá, de 29 de julho a 1º de agosto de 2008. O evento busca reunir especialistas da área de defesa e segurança e tem como tema: "Resposta aos Desafios à Segurança e Defesa: uma Resposta Regional, Nacional e Privada". Os trabalhos devem abordar um dos seguintes temas: (i) resposta regional (Estados falidos, crime organizado, narcotráfico, desastres naturais, migrações, populismo, nacionalismo e fundamentalismo religioso); (ii) resposta nacional

(reformas nos setores de segurança e defesa, coordenação institucional, relações político-militares, inteligência); (iii) resposta privada (empresas privadas de segurança, impactos sócio-econômicos, papel da segurança, relações forças de segurança-defesa). Os resumos dos trabalhos devem conter, no máximo, 200 palavras e devem ser enviados até 8 de janeiro de 2008, para o endereço de e-mail <CHDSconferences@ndu.edu>. Na página inicial, devem ser incluídos título do trabalho, assunto, nome do autor, nome da instituição, endereço completo, telefone e e-mail. Detalhes sobre os critérios de seleção, estrutura dos trabalhos, etc, podem ser obtidos em: <<http://www.ndu.edu/chds/docUploaded/SRCPanamaSolicitudedeTrabajosAcademicos.pdf>>, ou no próprio site do CHDS: <<http://www.ndu.edu/chds/>>.

Universidade de Zurick organiza programa sobre economia e saúde

A Universidade de Zurick sediará o *European Science Days Summer School*, evento organizado por Peter Zweifel e que tem como tema "A Economia do Setor de Saúde". A chamada para trabalhos foi lançada no início de dezembro e o prazo para envio das propostas é 31 de março de 2008. Para pesquisar sobre as edições anteriores do evento, bem como exigências de candidatura para 2008, acesse: <<http://www.ewts.at>>, ou envie e-mail para Alexandra Suess (<a.suess@ewts.at>).

Fundação Konrad Adenauer oferece bolsas de estudos na Alemanha

A Fundação Konrad Adenauer oferece bolsas para estudos de pós-graduação na Alemanha. O programa destina-se a estudantes brasileiros de todas as áreas acadêmicas contempladas no sistema universitário alemão, exceto Medicina, Odontologia, Veterinária e cursos de Artes em geral (informações sobre o sistema universitário alemão podem ser acessadas em: www.daad.org.br). Os candidatos devem ter conhecimentos da língua alemã compatíveis com o certificado "*Zertifikat Deutsch (ZD)*" do Instituto Goethe. Em alguns casos será oferecido pela Fundação um curso intensivo de alemão no Instituto Goethe de Mannheim como preparação para o exame de proficiência. O valor das bolsas varia de acordo com a qualificação dos estudantes selecionados e o auxílio – com duração mínima de um ano, renovável em função do rendimento acadêmico do estudante – inclui passagem aérea, seguro de saúde e compra de livros. O próximo processo seletivo ocorrerá no segundo trimestre de 2008. O acompanhamento das datas e de outras notícias sobre o processo seletivo pode ser feito no site da Fundação: <www.adenauer.org.br>, ou por e-mail: <konrad@adenauer.org.br>.

Edições anteriores de *PONTES Quinzenal* podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de *PONTES Quinzenal* podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

